

## UM MARCO LUMINOSO NAS BRENHAS DE MINAS: DO ALDEAMENTO À COLÔNIA INDÍGENA DO ITAMBACURI (1840-1910)<sup>1</sup>

**Maria Isabel de Jesus Chrysostomo<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Viçosa (UFV)  
Viçosa, MG, Brasil

**Higor Mozart Geraldo Santos<sup>3</sup>**

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG)  
Muriaé, MG, Brasil

Enviado em 20 out. 2020 | Aceito em 13 jan. 2022

**Resumo:** Nosso objetivo é compreender como Itambacuri – nascido aldeamento e depois transformado em colônia indígena – se integra, na longa duração, ao desejo de transformação do Vale do Mucuri em um território útil e produtivo na transição do século XIX para o XX. A partir do manejo de diversas fontes, assinala-se como a imposição de novos estatutos políticos e administrativos inserem-se nessa proposta de conformação e legitimação da região norte e noroeste de Minas Gerais. Verificou-se que a constituição do aldeamento/colônia de Itambacuri pode ser admitida como espécie de coroamento de um persistente apetite territorial que visava não apenas eliminar os obstáculos para progresso, mas ressignificá-los e integrá-los como pilares na construção de uma Minas Gerais civilizada, mestiça e cristã. Nesse sentido, a colônia aperfeiçoou alguns processos espaciais em curso: i.) a fixação do indígena (transmutando-o em nacional); ii.) o povoamento da região como uma nova população; iii.) o processo de normatização do espaço, isto é, a definição de um novo estatuto da terra; iv.) a organização de regras de produção, circulação e disseminação de ideias e produtos agrícolas e manufaturados. No entanto, o mais importante aspecto desse processo socioespacial de mudança regional vinculava-se à instituição de novas e mais elaboradas formas de trabalho e gestão da terra outrora indígena.

**Palavras-chave:** Território; Região; Norte de Minas; Vale do Mucuri; Política Indigenista

### A LUMINOUS symbol IN THE WOODS OF MINAS GERAIS: FROM INDIGENOUS SETTLEMENT TO THE INDIGENOUS COLONY OF ITAMBACURI (1840-1910)

**Abstract:** The goal of this paper is to understand how Itambacuri – which is born as an indigenous settlement and then became an indigenous colony – is integrated, over the long term, with the desire to transform the Mucuri Valley into a useful and productive territory. From the management of several sources, it was pointed out how the imposition of new political and administrative statutes are part of this proposal of conformation and legitimation of the north and northwestern region of Minas Gerais, facing diffuse interests of the Minas Gerais elites located in the other regions that comprised the so-called “mosaico mineiro” (Minas Gerais mosaic). It was found that the constitution of the indigenous settlement /colony of Itambacuri is an epitome which, due to its results, can be admitted as a sort of crowning of a persistent territorial appetite that aimed not only to eliminate obstacles, but to re-signify them and integrate them as pillars in the construction of a civilized, mestizo and Christian Minas Gerais. In this sense, the colony has perfected some ongoing space processes: i.) the fixation of the indigenous (transmuting it into national); ii.) the settlement of the region as a new population; iii.) the space regulation

1 Este artigo insere-se na Pesquisa intitulada “O imigrante em disputa: o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos 1870-1930”, que teve apoio financeiro do CNPQ (Processo APQ 429204/20167) e FAPEMIG (Processo APQ-00658-15), coordenados por Maria Isabel de Jesus Chrysostomo e Higor Mozart Geraldo Santos (Assistente de Pesquisa). Agradecemos à professora Luciana Beatriz Bastos Ávila pelas sugestões textuais.

2. Bacharel e licenciada em Geografia (UERJ/UFRJ), mestre e doutora em Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ). Professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa/MG. E-mail: isachrysostomo@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4744-5077>

3. Bacharel e licenciado em Geografia (UFV), mestre em Geografia (PPGEO/UFJF), Doutor em Geografia (POSGEO/UFF), Niterói/RJ. Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (Campus Muriaé). E-mail: higor.mozart@ifsesterng.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1383-3736>



process, that is, the definition of a new land statute; iv.) the organization of rules for the production, circulation and dissemination of agricultural and manufactured ideas and products. However, the most important aspect of this socio-spatial process of regional change was linked to the institution of new and more elaborate forms of work and management of the once indigenous land.

**Keywords:** Territory; Region; Northern Minas Gerais; Mucuri Valley; Indigenous Policy

## UN SYMBOLE LUMINEUX DANS LES RONCES DU MINAS GERAIS: DE L'ALDEAMENTO À LA COLONIE INDIGÈNE D'ITAMBACURI (1840-1910)

**Résumé:** Notre objectif est de comprendre comment Itambacuri – né 'aldeamento' avant de devenir une colonie de populations indigènes – s'intègre, sur le long terme, au désir de transformer la vallée de Mucuri en un territoire utile et productif entre la fin du 19<sup>ème</sup> et le début du 20<sup>ème</sup> siècle. En mobilisant diverses sources, il est souligné comment l'imposition de nouveaux statuts politiques et administratifs s'insère dans cette proposition d'organisation et de légitimation de la région nord et nord-ouest du Minas Gerais. Il a été constaté que la constitution de l'aldeamento/colonie d'Itambacuri peut être admise comme une sorte de couronnement d'un appétit territorial persistant qui visait non seulement à éliminer les obstacles au progrès, mais à les resignifier pour les intégrer comme piliers dans la construction d'un Minas Gerais civilisé, métis et chrétien. En ce sens, la colonie a perfectionné certains processus spatiaux en cours : i.) la fixation des indigènes (les transmutant en nationaux) ; ii.) le peuplement de la région avec une nouvelle population ; iii) le processus de normalisation de l'espace, avec la définition d'un nouveau statut foncier ; iv.) l'organisation de règles de production, de circulation et de diffusion des idées et des produits agricoles et manufacturés. Cependant, l'aspect le plus important de ce processus socio-spatial de changement régional était lié à l'institution de formes nouvelles et plus élaborées de travail et de gestion de l'ancienne terre indigène.

**Mots-clés:** Territoire; Région; nord du Minas Gerais ; Vallée de Mucuri ; Politique autochtone



### Introdução

Aldeamentos, no passado colonial e imperial, constituíam-se em pequenos vilarejos formados por agrupamentos forçados de indígenas de diferentes etnias<sup>4</sup>. Estabelecidos pelos colonizadores (religiosos e civis), tais núcleos se notabilizaram desde o começo da colonização portuguesa como áreas privilegiadas de religiosos em sua missão evangelizadora nas Américas<sup>5</sup>. Tratava-se de um território fluído<sup>6</sup>, administrado pela Igreja, pelos indígenas e demais colonizadores. No processo de dilatação das fronteiras, os aldeamentos cumpriram o papel de garantir a segurança e o trabalho indígena, propiciando o nascimento de vilas e cidades.

A prática de criar tais aldeamentos remonta ao século XVI e se vincula às estratégias de apaziguamento dos conflitos – entre colonos e indígenas – com o intuito de dar continuidade ao empreendimento territorial colocado a cabo pela Coroa Portuguesa<sup>7</sup>. No século XIX, a instalação desses núcleos mantém tal tônica, mas torna-se cada vez mais tributária dos debates relacionados à questão fundiária e ao tipo ideal de povo que comporia a emergente nação brasileira.

Os aldeamentos indígenas criados pelos frades capuchinhos na região, atualmente situada no Vale do Rio Doce (MG), constituem-se em uma das soluções pensadas pelas autoridades e

<sup>4</sup> Hoje alguns estudos evidenciam também a presença nos aldeamentos de negros escravizados, brancos pobres e mestiços.

<sup>5</sup> CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. L'Urbanisation des marges de la colonie : l'aldeamento de Guarulhos et la naissance de paroisses, vilas et cidades de la région fluviale de Campos dos Goytacazes (Capitainerie de Rio de Janeiro, XVII - XVIII). In: VIDAL, Laurent & RUYMBEKE, Bertrand Van. Les Fondations de villes sur les littoraux américains : projets, expériences, adaptations - Brésil et États-Unis, (XVI-XIX) : Rennes Les Perséides, 2021.

<sup>6</sup> Isto é, com limites imprecisos dado a constante mudança dos aldeamentos.

<sup>7</sup> Afinal, para muitos, a vitória do projeto do Império Pluricontinental português esteve muito mais relacionado ao papel educacional e missionário do que necessariamente à sua força militar (OMEGNA, 1961). Por sua vez, as diversas missões religiosas estavam associadas às negociações estabelecidas pelo Padroado Régio e Santa Sé, tendo em vista às ameaças de abandono do catolicismo e à perda de territórios.

fazendeiros para expandir a lavoura e assegurar projetos de integração viária e fluvial. Tal “fenômeno de nodulação da população indígena”<sup>8</sup> é, por conseguinte, um dos desdobramentos de longo e gradual processo de ocupação do Vale do Jequitinhonha, iniciado desde meados do século XVIII em direção à região de Mucuri, graças à economia do ouro e à expansão agrícola. O processo de povoamento do Vale do Mucuri, ocorrido também em diferentes fases, é desdobramento de variados processos relacionados à dilatação das fronteiras, que se esculpem com a instalação de uma estrutura administrativa e militar de base local. Composta de freguesias, aldeamentos, presídios, postos de fiscalização, vilas, colônias agrícolas, cidades etc., o aparato civil e militar instalado nos sertões dissemina um modelo de civilização e um sistema de produção cuja base se ancorou na exploração do solo e na submissão e exploração da mão de obra indígena.

A compreensão a respeito da germinação destas primeiras “sementes urbanas”<sup>9</sup> exige o desvendamento de processos espaciais. Trata-se da constituição de novos territórios e da definição de um modelo de territorialidade baseada nas ideologias liberais de trabalho e produtividade. Em diálogo com Martins (2009), consideramos que as fronteiras são os espaços onde melhor compreendemos a sociedade em formação, posto que são nessas áreas que grupos sociais, a um só tempo, criam estratégias para afirmar seu poder e definir táticas de resistência. Nessa medida, pensar nos processos sociais definidores das fronteiras é, sem dúvida, questionar o sentido do território, identificando o papel exercido por cada categoria social.

No que tange ao nosso objeto de reflexão, o dilema de criação da fronteira emerge quando se define o que é considerado mundo civilizado e selvagem. Definição essa que redundou na constituição e delimitação dos aldeamentos (a exemplo de Itambacuri), colônias de imigrantes e – não contrariando as demais experiências brasileiras – na criação de vilas, freguesias e cidades. Trata-se de um processo dramático cujas “assinaturas humanas”<sup>10</sup> aparecem carimbadas na paisagem da região.

Com base em fontes primárias e secundárias, buscamos compreender os processos que criaram o aldeamento de Itambacuri e sua transformação em uma “suntuosa” colônia indígena no alvorecer da República. Analisamos como a área em questão é, na longa duração, convertida em um território moderno, produtivo e integrado ao projeto de transformação do Vale do Mucuri (Ver Mapa 1).

O empreendimento teórico levou à estruturação do artigo em duas partes: a primeira discutiu o nascimento do aldeamento, a partir da análise dos projetos coloniais e republicanos que visavam dominar os indígenas. A segunda devotou-se à problematização da imposição de dois estatutos administrativos – o de aldeamento e o de colônia – responsáveis pela recomposição política e territorial da região norte e nordeste de Minas Gerais. Introduzimos nossa reflexão apresentando os caminhos metodológicos e o debate sobre o papel dos aldeamentos e sua relação com a formação de cidades e regiões.

## Caminhos metodológicos

Ao entrecruzar a história indígena e a história da imigração, nossa ideia é demonstrar que, a partir do nascimento do aldeamento de Itambacuri, os diferentes estatutos administrativos atribuídos

---

<sup>8</sup> Como nodulação compreende-se um agrupamento de indígenas em pontos estratégicos implementados desde o período colonial. Ver: PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Indígenas de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1995.

<sup>9</sup> A esse respeito ver: VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno: Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 40, p. 400-419, Aug. 2016.

<sup>10</sup> Dialogando com Baleé (2008), consideramos que a paisagem evidencia vestígios deixados pelos homens na paisagem.

à região refletem as nuances dos projetos de modernização em Minas Gerais entre o final do século XIX e começo do XX. Esse desafio analítico impôs a construção de um marco temporal que abarcasse as discussões sobre formação do aldeamento/colônia, fazendo-se necessário a reflexão sobre as periodizações e espacializações produzidas pela História e pela Geografia<sup>11</sup>.

A análise da região coloca em evidência tais dificuldades teóricas e metodológicas, já que ilustra o problema de se criar uma rígida periodização para compreensão histórico-geográfica dos processos de formação territorial<sup>12</sup>. Contornamos esse problema ao entrelaçar tempos e espaços pretéritos e definir um corte temporal que refletisse a conjunção dos múltiplos eventos relativos ao “nascimento e morte” do aldeamento e colônia de Itambacuri. Nossa periodização, portanto, não se ateve apenas ao ano da fundação e transmutação definitiva do aldeamento em colônia, mas na interpretação de eventos do passado produtores de fluxos temporais e espaciais, e que culminaram nesses atos políticos e administrativos.

Para interpretar os ritmos de modernização impostos pelos homens de poder e as resistências dos grupos inseridos em um outro ritmo social, como é o caso em foco, lançou-se mão de preciosos e diversos vestígios documentais, quais sejam: atas do corpo legislativo (decretos, leis, atos, etc), relatórios governamentais, jornais, boletins, livros sobre imigração, fotografias, relatos, cartas, mapas etc. Tendo em vista que a realidade é muito mais complexa do que aquela representada por tais documentos, postura vigilante foi adotada no sentido de não objetivá-los. Nessa perspectiva, prestamos atenção tanto nas entrelinhas dos discursos emanados por aqueles que conseguiram registrar sua voz na história, como nos silenciamentos<sup>13</sup> de muitos dos que não lograram o mesmo êxito (LOWENTHAL, 1998). As fontes primárias foram cotejadas com interpretações já consolidadas sobre a região, registradas em livros, teses e artigos; fontes que forneceram importante suporte teórico para compreender o dilema de produção territorial do Vale do Mucuri.

## Sobre aldeias e aldeamentos

A discussão sobre as aldeias e aldeamentos como espaços originários das primeiras vilas e cidades no Brasil foi durante muito tempo pouco considerada nos estudos sobre a gênese das cidades brasileiras. Essa lacuna não foi tão sentida na historiografia das cidades da América Espanhola cujos trabalhos são de longa data<sup>14</sup>.

Mesmo com cortes epistemológicos diferentes, se remontarmos alguns clássicos trabalhos da Geografia e da Antropologia brasileira produzidos entre os anos 1940 e 1960, notaremos que essas ideias já estão esboçadas. Exemplo disso são os artigos “Embriões de Cidades Brasileiras” e “Aldeias e aldeamentos de índios”, escritos, respectivamente, em 1957 e 1959 por Aroldo de Azevedo (CHRYSOSTOMO, 2021). Alinhado a um pensamento, partilhado à época com outros cientistas sociais, que considerava a mudança de estatuto de aldeias para vilas e cidades como um processo

<sup>11</sup> *Sobretudo porque, ao constituírem seus objetos divorciando o espaço do tempo, tais disciplinas muitas vezes não consideraram as interdependências e particularidades da realidade socioespacial* (ABREU, 1998; GRATALOUP, 2012).

<sup>12</sup> Por rígida periodização estamos compreendendo marcos temporais fixados em datas que desconsideram variáveis e processos (pretéritos ou subsequentes) que interferem diretamente no fenômeno a ser analisado.

<sup>13</sup> Duas posições metodológicas foram adotadas. A primeira, a de ler as fontes elaboradas pelo Estado como produtoras de narrativas de poder. Esse caminho nos revelou que a redundância de leis e projetos relacionados ao controle das terras e trabalho indígenas escancarava permanentes tentativas malsucedidas de dominação de seus territórios. Isso sinalizava a existência de táticas indígenas de contra poderes, como mencionado na bibliografia especializada. A segunda posição metodológica foi a de acompanhar as novas fontes que apresentam cartas, petições, ofícios, etc, isto é, registros indígenas nos quais estão presentes táticas de resistência e ou adaptação aos poderes instituídos.

<sup>14</sup> Ver Gutiérrez (1989) e Calvo (2013).

natural e não conflituoso, o autor discorre sobre a necessidade de compreender esses núcleos indígenas como um fato geográfico<sup>15</sup>.

A análise de Azevedo (op.cit), mesmo que lacunar em alguns aspectos, é muito útil para compreender a origem e o papel exercido pelos aldeamentos em Minas Gerais, em especial os criados no Vale do Mucuri e Rio Doce, como são os casos de Itambacuri, Imaculada Conceição do Rio Doce, Entueto, Poaia; todos instalados entre os anos de 1870 no norte e noroeste da antiga província mineira. As ofertas naturais apreciadas pelas populações originárias, muito destacadas nas narrativas das autoridades mineiras e dos fazendeiros, somadas às questões de segurança e abrigo das primeiras levas populacionais, seriam as razões que justificariam a localização desses núcleos indígenas.

De uma maneira geral, as abordagens clássicas e contemporâneas destacam que os aldeamentos eram instalados próximos aos rios, todavia em locais mais elevados. Esse conhecimento da natureza correspondeu, portanto, à fusão de técnicas herdadas dos indígenas com as advindas dos europeus, que erigiam cidades em acrópole com o intuito de garantir a defesa. Tal princípio geográfico, além de permitir maior segurança e proteção ante às intempéries e populações consideradas “inimigas”, propiciava a articulação do sítio a um sistema ambiental, integrando a população do interior, via penetração pelos principais rios, e a do exterior, através do mar.

No que se refere à instalação de um novo aldeamento, é digno de nota registrar que uma das primeiras preocupações dos missionários e fazendeiros era quanto à localização. Um novo agrupamento indígena era sempre resultado de um longo processo de negociação entre missionários, fazendeiros e integrantes do governo com lideranças indígenas e os designados *línguas*<sup>16</sup>. Portanto, é quase consensual, na bibliografia indígena contemporânea, que chefes indígenas e *Línguas* foram capazes de mudar planos iniciais de colonização, e que participaram, mesmo que de forma subordinada, da implantação de diferentes núcleos urbanos (MONTEIRO, 1994; ALMEIDA, 2000; MALHEIROS, 2007).

Diversos autores, a partir do livro de Leite (1937), assinalam que no período colonial, os aldeamentos indígenas assumiram três formas: as Aldeias do Colégio; as aldeias de El-Rei; as aldeias propriamente ditas ou Missões. Os dois primeiros tipos eram instalados nas vizinhanças das cidades e das vilas, congregando indígenas livres, uma vez que os escravizados ou “resgatados” ficavam a serviço de quem os comprava. Já as Missões encontravam-se afastadas dos aglomerados urbanos isoladas em pleno sertão. Essas instalações, no entanto, determinavam a expansão povoadora através dos rios em direção aos lugares desconhecidos e, via de regra, constituíam-se como base para a estruturação dos primeiros núcleos populacionais indígenas nas imediações.

---

<sup>15</sup> Na perspectiva de Azevedo, a cidade de Itambacuri seria modelo emblemático desse processo evolucionista, isto é, mais um “embrião de cidade”, visto que sua história urbana era um “expressivo exemplo de como o aldeamento de índios (...) pode transformar-se num centro urbano, da mesma forma que os aldeamentos da época colonial” (AZEVEDO, 1959, p.34). “Itambacuri constitui expressivo exemplo de como o aldeamento de índios, se bem que organizado há menos de cem anos, pode transformar-se num centro urbano, da mesma forma que os aldeamentos da época colonial. Deve-se sua fundação aos frades Capuchinhos, que ali iniciaram sua tarefa em 1873, em plena floresta de áspera região montanhosa, onde se encontram as cabeceiras do rio São Mateus e de rios pertencentes às bacias do Mucuri e do Doce. Tal como no seiscentismo ou no setecentismo, penosa e sangrenta foi a obra realizada por aqueles Missionários. Todavia, a vitória foi completa: Itambacuri passou a ser, em 1924, sede de município e, desde 1949, é sede de comarca; em sua área municipal viviam, em 1950, cerca de 60.000 habitantes” (AZEVEDO, 1959, p.34).

<sup>16</sup> De acordo com Faraco (2016, p.63) “os *línguas* não funcionavam apenas como intérpretes linguísticos, mas também (e principalmente) como mediadores que atuavam quer nos processos de desvelamento, para o europeu, da geografia, da sociedade e da cultura dos territórios visitados ou ocupados; quer nos processos de imposição, às populações locais, da lógica colonial nas relações econômicas, políticas e socioculturais. Nesse sentido, os *línguas*, pelo seu saber linguístico, dispunham de uma dose de poder que fazia deles agentes cruciais nas sociedades criadas ou recriadas pelo colonialismo europeu. Nas feitorias eram efetivos funcionários da administração e muito bem remunerados”.

As aldeias, fundadas à beira d'água, tinham duas faces: uma delas voltava-se aos sertões e aos habitantes dessas paragens a fim de atraí-los; a outra, dirigia-se à larga estrada por onde desdobravam-se caminhos, articulando pontos do território que serviam para abastecer a aldeia de itens importados e de gêneros colhidos ou cultivados na região; ambos necessários à reprodução da vida "civilizada", tão apreciada pelos missionários e futuros povoadores<sup>17</sup>. Importa ressaltar que a posição e o local de instalação dos aldeamentos, a sua nomeação, a prática cotidiana do culto, os processos educativos, além da introdução de objetos civis e religiosos, eram mecanismos eivados de intencionalidades próprias do projeto colonial, mercantil e religioso. Portanto, como espaço dotado de objetos múltiplos, seletamente distribuídos no território, esses núcleos indígenas não eram somente locais de propagação da fé e de transformação e domínio da natureza, mas áreas estratégicas onde se construíram novas regras sociais<sup>18</sup>.

Povoados, em geral, por diferentes grupos indígenas, os aldeamentos constituíram-se em uma das mais eficazes técnicas de controle da mão de obra, redefinindo, desde os começos, a fronteira (ainda que móvel) da expansão colonial. Inseridos em um sistema de controle territorial, que a partir de meados do século XVIII articulava-se, de forma conflituosa, aos projetos de expansão das fronteiras agrícolas, os núcleos integravam desde de indígenas agrupados nos aldeamentos até aqueles que viviam dispersos pelos sertões, passando pelos socializados e por aqueles "protegidos". O conjunto de atividades desenvolvidas e serviços comercializados com as povoações e fazendeiros, no entanto, não pode ser lido sem se compreender como a organização interna e externa de um aldeamento revela-se em instrumento essencial para a manutenção desse frágil equilíbrio de forças<sup>19</sup>: o controle da mão de obra e as técnicas de transformação do meio natural.

Cabe destacar que antes e após a existência formal dos aldeamentos missionários e civis, havia em muitos lugares confederações índias<sup>20</sup> que mantinham relações estreitas com esses núcleos e os povoados existentes. Ou seja, um número expressivo de indígenas participava do sistema de trocas estabelecido nesses parques núcleos de população, como era o caso dos implantados no norte e noroeste de Minas Gerais antes da existência do aldeamento de Itambacuri (Ver Mapas 1 e 2).

---

<sup>17</sup> Muitos desses gêneros eram transformados em instrumentos de culto, vestuário, materiais de construção, paramentos, baptistérios, remédios, livros, utensílios (BARROS, 1995; FERNANDES, 2011).

<sup>18</sup> Tais regras eram marcadas pela imposição de uma disciplina rígida de trabalho, religião e lazer. (BARROS, 1995; FERNANDES, 2011; DERNTL, 2013).

<sup>19</sup> A ideia de fragilidade relaciona-se aos desafios e dificuldades enfrentados pelos colonos e religiosos em controlar um enorme contingente de população indígena, de se adaptar à natureza, às formas de alimentação e circulação e de se criar uma forma durável de estabelecimento. Historiadores contemporâneos, mais atentos aos desafios enfrentados pelos colonizadores em terrenos desconhecidos, destacam que muitas das tentativas fracassadas de instalação de povoados e atividades econômicas se deram graças ao desconhecimento da fauna e da flora, da dinâmica fluvial, porque foram vítimas do consumo de plantas venenosas e/ou de doenças tropicais.

<sup>20</sup> Na cartografia colonial (ver Mapa 1), assim como em alguns relatos dos colonizadores – a exemplo de Teophilo Ottoni – , há menções sobre a existência de aldeias indígenas de diferentes compostas por diferentes etnias que mantinham contatos comerciais e políticos com os colonizadores. Em situações em que se sentiam ameaçadas (abertura de estradas, ocupação de suas terras com fazendas, etc.), esses grupos se reuniam em confederações para lutar contra os colonizadores.



## Os Aldeamentos do Vale do Mucuri: “sistema de generosidade” e o novo teor da catequese

(...) Eu tinha adquirido a convicção de que os selvagens nas suas agressões contra os christãos erão quase sempre incitados por violências e provocações destes. Em consequencia acreditava que um **systema de generosidade**, moderação e brandura não podia deixar de captar-lhes a benevolencia.

A principal dificuldade para execução, ou ao menos ensaio deste systema, estava em chamar á pratica e convivencia os filhos das selvas, e em convencil-os de que havia com efeito um novo processo de catequese que não empregava a pólvora e bala, nem tinha por fim roubar-lhe os filhos (..)

(Memória de Teófilo Ottoni, 1858, p.51)

O trecho recortado da fala de Teófilo Ottoni – grande expoente político e principal desbravador da região do Mucuri – demonstra um passado colonial marcado por investidas violentas dos colonizadores e permanentes conflitos com os indígenas. Da mesma forma, o trecho assinala a constituição, a partir de meados do século XIX, do anunciado sistema de generosidade: novo método de negociação com os indígenas que buscava o assentamento de povoadores naquela região.

Ao interpretarmos a Memória de Ottoni<sup>21</sup>, oferecida aos sócios do IHGB, em 1858, nota-se, em sua narrativa, que o emprego de estratégias “mais brandas” era maneira de garantir a ocupação produtiva da região do Mucuri, sobretudo quando adverte que antes de qualquer intervenção em área indígena fazia-se necessário conhecer “os selvagens habitadores dessas brenhas”, estudando sua história e tradições recentes (OTTONI, RIHGB, Tomo XXI, 1858, p. 173). Nas negociações com fazendeiros, evidencia-se tal estratagem quando o autor advertia sobre a importância em convencer os indígenas de que havia um novo processo de catequese que não empregava a pólvora e bala, nem tinha por fim “roubar-lhe os filhos” (OTTONI, 1858, p.51).

Marcado em alguns momentos pela descrição de dramáticos episódios de violência praticada aos indígenas do Vale do Mucuri, como o secular rapto e comércio de crianças indígenas, o relato de Ottoni pode ser lido, como assim o faz Duarte (2002), como um projeto de ocupação negociada das terras indígenas. Tratava-se, portanto, de atrair população e grupos de aliados para se engajarem na Companhia do Mucuri, como veremos na próxima sessão.

O propalado sistema de generosidade constituir-se-á em intervenções sistemáticas por parte do governo e grandes fazendeiros que culminará, a partir da segunda metade do século XIX, na intensificação das expedições, expansão das fazendas, instalação de igrejas, quartéis, presídios e colônias agrícolas, aberturas de estradas, instalação de aldeamentos etc. A cartografia do aparato civil, militar e religioso criado nas áreas indígenas pode ser visualizada no Mapa 2.

<sup>21</sup> Documento textual que expressa a construção de narrativas sobre um determinado tema que, em linhas gerais, tem como objetivo defender uma tese ou um empreendimento. Em relação a essa Memória, em específico, destaca-se o levantamento histórico e geográfico, assim como o inventário descritivo e antropológico da região. Esses elementos foram arrolados para justificar as ideias modernização almejadas por ele e seu grupo de aliados. Ver: Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível. ARAÚJO, Valdeir Lopes (org.) Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais- Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro, 2007.

Mapa 2 – Sertões do Norte e Nordeste de Minas Gerais



Fonte: Mappa Geral da Provincia do Espirito Santo, relativo as Colonias e Vias de Comunicação, editado por C Krauss, e publicado por Ordem de S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio Francisco de Paula Souza, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios d'Agricultura Commercio e Obras Publicas, 1866.

Dos inúmeros dispositivos criados, os aldeamentos se destacaram por agregarem o esforço de diferentes forças sociais: a Igreja, o Estado e a ação de fazendeiros influentes no Império e, depois, República. Portanto, na prática, a postura “obsequiosa” do Sistema por ele defendido como um

“programa humanitário”, não se diferia do caráter etnocêntrico presente nos discursos das elites ilustradas do século XIX que, em linhas gerais, adotavam outros meios para atingir os mesmos fins: o controle da terra e a submissão da mão de obra indígena.

É preciso, todavia, salientar que as tentativas de controle das terras indígenas em Minas Gerais são longevas<sup>22</sup>, e permeadas por diversas imaginações geográficas. Merecem realce aquelas destacadas por Ottoni, em sua Memória, que se atrelavam às riquezas minerais, como as anunciadas na Serra das Esmeraldas: “O Mucuri é para todos um país encantado, uma espécie de Eldorado. (...) Para o norte iam procurar as apregoadas riquezas de ouro da famosa Lagoa Dourada, e os diamantes da serra do Chifre. Ao sul demandavam-se os falados campos do Tambacuri (...) (Memória de Teófilo Ottoni, 1858, p.44).

A marcha de povoamento em direção aos sertões escolheria sítios onde existiam disponibilidade de água, notadamente os localizados nas cabeceiras ou desembocaduras das principais artérias fluviais, e aqueles caudalosos que ofereciam possibilidades para navegação e prática da piscicultura. O raciocínio espacial desdobrava-se no cálculo da distância a ser percorrida entre vilas, quartéis e aldeamentos criados, restando para muitos dos indígenas desapropriados de suas posses, a internação para o interior ou a sua reclusão<sup>23</sup>. Cabe assinalar que essa estratégia (notadamente intermediada pelo papel dos *línguas* e chefes colaboradores) foi marcada pela troca de favores, oferta de presentes e incitação à guerra aos grupos indígenas considerados avessos ao projeto civilizador<sup>24</sup>.

Importa ressaltar nesse contexto o processo extensivo de ocupação de terras devido à continuidade do sistema de distribuição de sesmarias no rio Doce, Minas Gerais e Espírito Santo; locais onde não houve a revogação deste sistema. Como discute Paraíso (2000), em tais áreas a distribuição de sesmarias teve continuidade, promovendo um *rush*<sup>25</sup> composto de diferentes grupos interessados na conquista de terras e ampliação de suas posses. Essa medida engendrou uma série de conflitos territoriais, gerando problemas para a regulamentação desses vastos domínios. Cabe também destacar que os processos de expansão das fronteiras na região seriam precedidos pelo inventário da paisagem e pelo mapeamento de diferentes aspectos que caracterizam a área. Tais

<sup>22</sup> O sistema de generosidade foi antecedido, como descreve Amoroso (2009), pelas propostas de Guido Marlière – que nos anos 1820 esteve à frente da Diretoria Geral dos Índios da Capitania de Minas Gerais. Suas ideias ganharam centralidade ao se contraporem às estratégias de ataque e escravização dos indígenas até então presentes nos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Entre as etapas para atingir estes objetivos, Marlière identificava a importância de contatar intérpretes indígenas, conhecer e, se possível, dominar a língua de diversas etnias e identificar as lideranças. Distingue-se do sistema jesuítico ao propor uma espécie de “catequese leiga”. Esta instituiu mecanismos mais brandos de civilização, acentuando um controle civil e regulado sobre o uso da mão de obra indígena.

<sup>23</sup> Tais informações podem ser conferidas em: OTTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Ottoni ao Senhor Dr. Joaquim Manuel de Macedo. RIHGB, 1858.

<sup>24</sup> No século XIX, com a redefinição do papel do Estado, a ideia de fronteira de ocupação é reconfigurada. No que tange ao aproveitamento dos “sertões dos índios”, há uma mudança de perspectiva que acentua não só o uso da sua mão-de-obra, mas o nascimento de variados projetos territoriais que buscavam maior eficiência econômica em terras até então ocupadas por indígenas, fazendo emergir variados conflitos em função do choque de racionalidades em relação ao uso e aproveitamento das terras. Como assinala Maldi (1997, p. 211), tal política tinha como propósito de promover “a transformação de índios em lavradores, não necessariamente coletividades, mas famílias, que deveriam receber pequenas porções de terras. Civilizar significava necessariamente reduzir espaços e implicava a dissolução das coletividades”. Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

<sup>25</sup> Na verdade, o Estado Imperial revogou em 1822 a Lei de Sesmarias em quase todo território brasileiro, à exceção das áreas do rio Doce, em Minas Gerais e Espírito Santo, devido à grande presença indígena e os empecilhos provocados para a penetração dos colonos. Com vistas a estimular o povoamento destas áreas, não criou qualquer substitutivo, promovendo um *rush* entre os interessados na conquista de terras ou na ampliação de suas posses. Em termos legais, as imensas posses adquiridas nesse período só podiam ser regulamentadas através de uma série de artifícios inseguros e trabalhosos (PARAÍSO, 2000).

informações foram registradas em documentos e cartas geográficas encomendadas pelo governo, a exemplo do Mapa 2.

## A Companhia do Mucuri e os projetos de transformação da região

Se os aldeamentos representaram importante etapa para a “pacificação” e dilatação das fronteiras na região do Mucuri, a fundação da Companhia do Mucuri pela família Ottoni significaria a incorporação, muitas vezes de forma não pacífica, dos territórios indígenas. Com o propósito de explorar as anunciadas riquezas do Vale do Mucuri, o antigo sonho de fundar a Companhia se consolidaria com a perspectiva de atender os seguintes objetivos<sup>26</sup>: i.) estabelecer o tráfego de Minas Novas ao litoral do Espírito Santo, por meio do Vale do Mucuri; ii.) povoar e colonizar o Mucuri; iii.) explorar madeiras, com destaque à peroba. Embebido pelos ideais do progresso, intentava Ottoni fundar uma nova região, a despeito de isso significar, a qualquer preço, a homogeneização de costumes e a submissão de negros, indígenas, homens brancos pobres, imigrantes e proprietários.

Esse era, em si, o grande projeto modernizador colocado em pauta por algumas famílias desbravadoras que integravam o governo. Evidenciando a indissociabilidade entre esfera pública e privada<sup>27</sup>, isto é, uma estrutura de poder patrimonialista, esse e outros planos e projetos destinados a ocupar e civilizar os sertões foram pensados com o intuito de fixar indígenas, quilombolas, vadios e homens brancos pobres, e expulsar os grupos representados como selvagens<sup>28</sup>.

Sinteticamente, podemos dizer que desde os setecentos, mapas e relatos sobre as Gerais identificavam nos sertões de Mucuri a existência de intransponíveis obstáculos no meio do caminho da estrada que levaria à civilização. Esses empecilhos, simbolizados pelos povos indígenas, motivaram, como já descrito, variados esforços no sentido de seu controle e remoção. Essa epopeia, ao longo dos oitocentos, fora encenada a partir de alguns principais atos e ou ensaios:

a) Nos anos 1830, as notícias da expedição do engenheiro Pedro Victor Renault, que recebera patrocínio do governo provincial, despertaram os ânimos sobre as possibilidades de exploração das matas do Mucuri. Nesse ensejo, Renault procurava um lugar seguro e isolado para instalar uma colônia de degredo (MARTINS, 2015); b) Em 4 de julho de 1837, o governo provincial teria recebido carta do comerciante prussiano Luiz Moretzsohn com o pedido para fundar uma companhia e uma colônia no Vale do Mucuri. Sua proposta, que não obteve retorno, era reunir polacos, alemães, prussianos, entre outros europeus (*op.cit*); c) A ideia de fundar colônias, tempos mais tarde, foi retomada pelos irmãos Ottoni, Teófilo e Honório. A intenção era conectar o Norte Minas ao litoral atlântico tanto através da ligação terrestre entre Minas Novas como por meio da navegação via rio Mucuri; d) Em fevereiro de 1854, através do Decreto N°1331, instalava-se a Colônia Militar do Urucu na região do Vale do Rio Mucuri, próxima à nascente de rio homônimo, com a intenção de proteger a

---

<sup>26</sup> Desde meados do século XIX, por meio da Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, Ottoni e sua família buscavam incentivar a colonização da região do Vale do Rio Mucuri. Sua proposta era promover, seja pelo Rio Doce ou pelo Jequitinhonha, a navegação até o Espírito Santo, ou seja, uma saída para facilitar o escoamento da produção agrícola da província mineira, via transporte fluvial, para o mar.

<sup>27</sup> Exemplo notório são os Ottoni, de longa ascendência na região. Família tradicional da região do Serro, que se notabilizou na política de Minas Gerais durante o Império por ser defensora de princípios liberais e por realizar grandes investimentos comerciais, como é o caso do personagem Teófilo Ottoni e seu famoso empreendimento, a Companhia do Mucuri.

<sup>28</sup> É Raimundo Faoro em “Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro” que historicamente analisa um dos traços marcantes no desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, qual seja: a participação ativa de grupos de interesse na máquina pública. O Estado não é aquele ente que de maneira impessoal mantém, através de sua burocracia, uma ordem jurídica universal. Nessa perspectiva, ao misturar “coisa pública com negócios privados”, o Estado se constitui enquanto uma estrutura estamental controlada pelas camadas político-social que o compõe.

estrada que conectava Filadélfia e Santa Clara<sup>29</sup> (Ver Mapa 1); e) Criação da Colônia Mucuri, em 1858, também por iniciativa de Ottoni, mirando a introdução de imigrantes alemães; f) A elaboração de um projeto de transferência da capital em Ouro Preto para as margens do Rio das Velhas, justificada por seu autor – o Padre Paraizo<sup>30</sup> – como forma de dar novo impulso ao norte de Minas. Segundo ele, essa região se encontraria em “atraso completo” [...] “quanto a vias de comunicação” e estaria submetida a “esquecimento calculado” incompatível com o “vasto, imenso e fertilíssimo território, que se chama norte” (DIARIO DE MINAS, 16.nov.1867, p.1).; g) Subjacente à ideia da mudança da capital, alguns representantes da região norte ventilavam a possibilidade da província mineira ser dividida, considerando que este era o “único meio de se obter o aproveitamento das riquezas naturais do norte de Minas, que jaz[ia]m esquecidas nos leitos de seus rios, e navegação delles, uberdade de seu solo e aproveitamento de suas matas ainda não tocadas” (DIARIO DE MINAS, 18.dez.1867, p.3). Para tanto, projetava-se resolver duas questões de corte espacial: i.) a integração da região via navegação fluvial através Rio das Velhas; ii) o deslocamento da sede governamental com vistas a alcançar uma distribuição de recursos mais equitativa<sup>31</sup>.

Portanto, a conformação de Itambacuri vinculou-se a processos de conquista orquestrados por forças antagônicas (missionários, fazendeiros, negros livres, quilombolas, brancos pobres, posseiros e indígenas) e que foram responsáveis por desenhar novas fronteiras na região. Apesar desses e de outros projetos terem contribuído para o desenvolvimento de uma política baseada na desigualdade, os indígenas do Mucuri, com as suas táticas de resistência, imprimiram ritmo particular a esse processo. Desta maneira, ainda que os “agentes do progresso” empreendessem grandes esforços para a conquista dessa região através de suas propostas modernizadoras, o resultado não foi imediato, o que demandou a permanente invenção de dispositivos de segurança e repressão. Por isso, a fundação de quartéis, presídios<sup>32</sup> e aldeamentos constituiu-se em estratégia primordial para o controle das referidas brechas do sertão de Mucuri.

## Do aldeamento à colônia:

### O aldeamento através das lentes de Domingos Ramos Pacó: algumas notas

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Reinaldo da Silva Porto Primo  
Saudações e visitas respeitadas. Permitindo a ocasião depósito e ofereço depósito hoje humildemente a Vossa Senhoria uma pequena e passável história ou fábula, como dizem, de como foi o princípio ou a criação de Itambacuri. A referida e obscura história ou narração é relatada por coadjuvantes que presenciaram o princípio e a criação do então hoje conhecido por todos O ITAMBACURI.

De vossa Senhoria sou amigo Respeitoso e Criado  
Itambacuri, 28 de fevereiro de 1929.  
Domingos Ramos Pacó (LEITE, 1996, p.211)

Nas últimas décadas, memórias conflitantes e documentos dispersos nos revelam, com mais detalhes, a experiência do aldeamento de Itambacuri. De um lado, esse teria nascido e se

<sup>29</sup> Relatório apresentado à Assembléia Provincial de Minas Gerais, em 1871, pelo presidente da Província, Dr. Antonio Luiz A. de Carvalho.

<sup>30</sup> O Padre Paraizo atuou como representante do 6º distrito eleitoral, sediado na cidade do Serro (MG) entre os anos de 1864 e 1869, durante 15ª a 17ª legislatura na Assembleia Provincial (MONTEIRO, 1994).

<sup>31</sup> Para Padre Paraizo, autor da proposta, a capital, então em Ouro Preto, estava “em um lugar somente consumidor” que, por nada produzir, “conserva[va]-se estacionária, ou antes decadente, absorvendo quase toda a seiva da província” (DIARIO DE MINAS, 16.nov.1867, p.1).

<sup>32</sup> Os presídios, naquele contexto, se constituíam nas sedes das Divisões Militares estabelecidas nas fronteiras durante as primeiras décadas dos oitocentos. Nas fontes tais dispositivos aparecem também denominados como “quartéis”.

desenvolvido graças às ações dos missionários que partiram em 1870 da Itália com a tarefa de domesticar os “indígenas bravios dispersos pelo sertão” do Mucuri. De outro, temos como destacado no excerto, a recente descoberta de um relato do indígena professor – Domingos Ramos Pacó – que promoveu um conjunto de novas reflexões historiográficas em relação à Itambacuri.

O relato de Pacó busca assinalar que a existência desse e de outros aldeamentos era obra também de seus antepassados, que tanto foram responsáveis pela pacificação e reunião de diferentes grupos indígenas, como contribuíram com seu trabalho para a abertura de estradas e construção do aldeamento. A voz desse indígena, emudecida até os anos 1980, deixa evidente a sua intenção de criar uma outra narrativa para explicar o aldeamento de Itambacuri, o que revela nuances até então pouco consideradas. Seu depoimento desvenda, em tom de lamento, a transformação do modelo que passaria a ser adotado para a educação indígena, que mudara de estatuto quando proclamada a República. Ele descreve que no contexto republicano os novos professores incutiam a ideia de que não mais havia indígena na região, afirmando ainda que as histórias e conhecimentos dos indígenas eram fábulas. Como decorrência disso, relatava que os “mistos” passaram a se envergonharem de seu passado indígena e de que foram educados por professores da mesma origem. A escrita de Pacó sugere que a transformação da aldeia em colônia foi ato derradeiro para o apagamento da identidade indígena, isso é, ao fim e ao cabo, ele registra que quando a colônia nasce, os indígenas simbolicamente deixam de existir.

Ao analisarmos as pistas deixadas em seu depoimento, e as novas interpretações historiográficas sobre a experiência de Itambacuri, evidencia-se que o apagamento das identidades indígenas é processo em curso desde o estabelecimento desse aldeamento. Por outro lado, ao confrontarmos o relato do indígena, dos frades capuchinhos e de toda uma narrativa que ainda hoje emoldura a história local, é possível também deduzir que a mudança de estatuto do aldeamento representa o êxito das articulações entre fazendeiros e políticos<sup>33</sup>. Assim, a ideia de laicizar o espaço missionário e obter maior controle da mão de obra indígena, estruturando-o enquanto mais um ramo da imbricada burocracia governamental, é resultado de um conjunto de iniciativas empreendidas por políticos (MISSAGIA DE MATTOS, 2002). O interesse de introduzir um novo regime de exploração das terras, via introdução de imigrantes nacionais e estrangeiros, e disseminar o modelo de policultura, estaria também no cerne desse projeto de mudança de aldeamento para colônia agrícola.

Por fim, assinalamos que a descrição de Pacó registra que mesmo em condição subordinada, os indígenas colaboraram com os missionários e fazendeiros. Assim, da mesma forma que em outras regiões do Brasil, líderes indígenas e *línguas*, como fora o pai de Pacó<sup>34</sup>, tiveram papel proeminente no projeto de criação e expansão dos aldeamentos na região.

Abordaremos, na próxima sessão, como o aldeamento era retratado a partir dos relatos oficiais.

---

<sup>33</sup> De acordo com Missagia de Mattos (2002), a discussão sobre a emancipação de tal aldeamento relacionava-se à contrariedade de grupos de fazendeiros, a exemplo de Teófilo Ottoni, ao modelo de catequese missionária do Império.

<sup>34</sup> Domingos Ramos Pacó era filho da indígena Umbelina e do *língua* mestiço chamado Félix Ramos Cruz, que fora um dos principais responsáveis pela negociação entre os indígenas e fazendeiros de Mucuri e por auxiliar nas obras que levaram o estabelecimento de Itambacuri. Pacó foi educado pelos frades Capuchinhos, tornando-se professor do aldeamento aos 14 anos e sacristão dos frades (PACÓ, 1918). Ver: PACÓ, Domingos Ramos. **Hámbric anhamprán ti mattâ nhiñchopón?** 1918. In: RIBEIRO, Eduardo, org. Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem: Cedefes, pp. 198-211, 1996 (1918).

## O retrato do aldeamento de Itambacuri através das fontes oficiais

Este aldeamento está situado a 30 kilometros de Philadelphia, em terrenos bastante férteis, banhados pelos ribeirões Itambacury e Nosethé e vertentes do rio Tambaquary, tendo por limites a bacia do rio Doce.

A sua população indígena orça por 722 almas, sendo 354 do sexo masculino e 368 do feminino, além de 600 nacionaes, que se occupão da cultura do café, fumo, milho, batatas e do fabrico de rapaduras e aguardente.

Os indígenas falam a mesma língua e muito deles vagueão pela imensa região confinante ao norte com o rio Mucury, ao sul com o rio Doce, cortado no centro pelo rio Matheus.

Possue, alem de engenhos e casa de vivenda, uma matriz, que se acha em conclusão.

É dirigido pelos missionarios frei Seraphim de Gorizia e frei Angelo do Sassoferrato que muito têm contribuido para a sua prosperidade (A ACTUALIDADE, 17.ago.1881, p.3).

As linhas acima, tecidas no periódico *A Actualidade* – autointitulado órgão do partido liberal – ofertam um banquete de ingredientes para entendermos a existência do *Aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacury*. De início, parte de sua geografia é realçada ao se falar da localização – próximo à Filadélfia, atual Teófilo Ottoni – e da presença de artérias fluviais e terras férteis. Esses elementos, aliados à tenacidade dos componentes humanos da paisagem, explicariam a pujança acima incensada. Mas tal alegada exuberância, como insistentemente sugerem os relatos oficiais, somente teria florescido por conta dos missionários italianos da ordem dos Capuchinhos, responsáveis por lançar sobre o sertão a semente do aldeamento. Tudo teria se iniciado em 1872 quando o calendário apontava o décimo nono dia de fevereiro e Frei Serafim de Gorizia, seu auxiliar Frei Ângelo de Sassoferrato e uma modesta comitiva de trabalhadores (inclusive indígenas “mansos”) chegara à Filadélfia. Uma vez instalados, a tarefa dos missionários consistia em escolher o sítio mais apropriado para cumprir a missão que lhes fora confiada: criar um aldeamento para catequizar os indígenas com vistas a pacificação daqueles sertões. Seus comentadores narram, em tom quase épico, que após caminhada longa e extenuante, o frei seduzido pela paisagem logo cuidou de abrir uma picada para recebimento e envio de tropas do futuro aldeamento à Filadélfia.

O resultado exitoso da peça suspostamente protagonizada pelos italianos tinha como métrica a quantidade de indivíduos<sup>35</sup>, suas respectivas ocupações, a agricultura viçosa, o domínio da língua portuguesa e a presença de “insígneas materiais do progresso”, tais como engenhos, igrejas, casa de vivenda, escolas, maquinarias, etc. Mas nem por isso seus fundadores se dariam por satisfeitos: os relatos destacam um gosto pela “civilização” e a existência de diuturnos esforços para tornar o aldeamento mais civilizado, a exemplo daquele realizado para instalação de uma matriz. Quiçá, o único informe destoante dos ideais desse período seja o de que existiam muitos indígenas vagueando, o que contrariava o desejo do governo, dos padres e dos fazendeiros de fixá-los à terra. Essa dificuldade é ilustrada justamente na passagem que Teófilo Ottoni dirigiu à assembleia provincial mineira:

As correrias dos indígenas contra o homem civilizado mostram que algumas regiões ainda não se extinguiu o ódio dos aborígenes contra os que occupam hoje as terras de seus antepassados. Repetem-se as depredações, e o morticínio dos viajores inermes e desprevenidos. Na estrada de Santa Clara para Philadelphia as flechas fazem continuas victimas, e as tribos ali acampadas disputam palmo a palmo a posse do terreno (MINAS GERAES, 1882, p. 66).

<sup>35</sup> Os grupos indígenas na narrativa eram: Pojichá, Giporok, Catole, Pote, Aranha e Purunturu (PALAZZOLO, 1973, pp. 177-185)

Em virtude do panorama acima delineado, Ottoni relatava as dificuldades que enfrentava para civilizar os indígenas, sobretudo os Pogychás, sempre presentes nos saques. Ele sugere, então, que fossem adotadas outras medidas para se chamá-los “ao grêmio da sociedade”; recomendando para tanto a criação de estabelecimentos de instrução de ensino agrícola elementar e, principalmente, prático. A intenção era atrair os “meninos selvagens” para as escolas, pois dessa forma receberiam instrução moral e religiosa, simultaneamente. As crianças indígenas se transformariam em uma ponte para “chamar seus paes aos povoados, e à comunhão social”. Para ele, seria ainda recomendável escolher professores gabaritados e que dominassem a língua tupi, a fim de facilitar o contato. Ao findar esse tópico, enfatiza a importância da colonização dos indígenas, pois esta não era “para ser desprezada ou tratada frouxamente em uma provincia, que tem immensas regiões ainda não arroteadas, e até hoje na posse inconquistada de hordas selvagens” (MINAS GERAES, 1882, p. 66).

No entanto, outras questões apontadas pelo líder político expressariam a situação periclitante vivenciada pela colônia como o “minguado auxilio que os poderes públicos prestão a este serviço”, o que “não permit[ia] dar-lhe organização conveniente, de modo a produzir todos os resultados que são para desejar-se” (op cit, 1884, p.88). Aliás, os queixumes quanto à desorganização do serviço de catequese são frequentes nos relatórios provinciais, o que pode ser constatado pela substituição permanente de seus administradores principais – os diretores de índios. Mas, apesar disto, dizia Ottoni que o dinheiro gasto com a manutenção dos aldeamentos existentes (10:000\$000) contribuiria para trazer certa tranquilidade aos cidadãos, uma vez que evitava as correrias e moderava a índole dos indígenas<sup>36</sup>.

A despeito dessas instabilidades administrativas, os progressos do aldeamento eram constantemente divulgados. O presidente de Minas Geraes, José Cesario de Faria Alvim, dizia que “o estado de florescimento” do aldeamento [era] devido á inexcedível dedicação daquelles virtuosos missionários” (MENSAGEM MINAS GERAES, 15.jun.1891, p.56). Esse enredo é repetido em vários relatos como o veiculado em matéria publicada na folha Nova Philadelphia – reproduzida em dezembro de 1897 no jornal Minas Geraes. No ensejo, em tom elogioso, informava-se que através de “tenacidade evangélica” de verve “convencedora, puramente christã”, os dois apóstolos – freis Serafim de Gorizia e Angelo Sassoferato (beneméritos frades da Ordem Franciscana) – tais como “outro Anchieta”, teriam conseguido “chamar ao gremio da civilização grande número de silvicolas ferozes como foram e ainda são os nómades da raça botocuda” (MINAS GERAES, 3.dez.1897.p.2)<sup>37</sup>.

Mas o aparente bom desempenho não evitou que em 1893 ocorresse uma grande revolta indígena no aldeamento com fortes repercussões à época. Insurgiram críticas pungentes dos fazendeiros, comerciantes e políticos da região aos métodos adotados pelos missionários: a ideia dominante era emancipar a estrutura e transformá-la em colônia. Criticavam a autonomia aldeamento em relação à Comarca, o fato de não pagarem impostos aos cofres públicos e à grande influência de Frei Serafim junto a massa populacional. Propostas foram discutidas em diferentes fóruns, políticos locais publicam na imprensa muitas matérias, governo de Minas acionou sua força militar, ofícios e relatos contrários e favoráveis aos missionários foram redigidos. Passaram-se dois anos até ser dado o veredito final que levou a extinção do aldeamento. A despeito dos imbróglis (entre Igreja, Estado e fazendeiros) sobre quem dirigiria o extinto aldeamento, os missionários

<sup>36</sup> Essa informação foi retirada dos Relatórios do Presidente da Província, especialmente no item “colonização e catequese” presentes nas últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX.

<sup>37</sup> A educação merece parágrafo à parte, uma vez que a estratégia dos missionários em Itambacuri (como em outros aldeamentos) consistia na contratação de professores indígenas e no aprendizado na língua nativa. Isso explicaria o êxito da escola do aldeamento por vários anos (MISSAGIA DE MATTOS, 2019).

continuaram à sua frente. No entanto, quando da sua transformação em colônia passou a ser subordinado à política de terras e imigração da província mineira, especificamente ao seu principal órgão – a Inspetoria de Terras e Colonização<sup>38</sup> (MISSAGIA DE MATTOS, 2002).

Esse processo de transmutação é o que analisaremos adiante, ao demonstrarmos como esse núcleo constituído de “nacionais, “mistos” e estrangeiros”, se integra aos projetos de imigração da província após a Proclamação da República.

### A frutuosa colônia de Itambacuri

Sigamos corajosos pela estrada que nos levará ao **progresso**; pela imigração, que é o **trabalho**; pelo **cruzamento das raças**, que é a **fortuna publica** (DIÁRIO DE MINAS, 1.ago.1888, p.1, grifos nossos).

Em Minas Gerais é a Lei nº. 32 de 18 de julho de 1892 que lança, de forma mais robusta, as bases para a introdução de imigrantes no período republicano. Arelado a esse dispositivo, o regulamento nº. 612 de março de 1893 estipulava que a introdução e colocação de imigrantes seria realizada pelo Estado e, em momento subsequente, firmados os contratos com proprietários e empresas particulares. Os investimentos em imigração, eram especialmente destinados a atender às demandas dos cafezais em expansão na Zona da Mata e Sul de Minas. No entanto, sempre houve confrontos entre as elites mineiras em relação às áreas que deveriam receber maiores investimentos; por isso consideramos que a mudança de estatuto do aldeamento para colônia Itambacuri foi uma estratégia das elites locais e regionais, capitaneada por representantes da família Ottoni, para ampliar os investimentos na região do Mucuri, até então pouco contemplada.

De acordo com a lei citada, a fixação do imigrante poderia se realizar a partir de duas formas: por meio de núcleos coloniais ou através da compra de terrenos derivados do parcelamento de propriedades agrícolas particulares. Na primeira situação – que aqui nos interessa – bastaria que o imigrante tivesse como sustentar a si mesmo e a sua família no período de ao menos um ano. Para localizar os imigrantes, estabelecer maior controle sobre as terras e incrementar a produtividade, havia tanto núcleos particulares como federais ou estaduais (que eram a maioria).

Articulado à política imigratória do Império, os líderes republicanos criticavam os elevados dispêndios com a contratação de estrangeiros e, ao mesmo tempo, clamavam pelo aproveitamento de mão obra nacional (leia-se mestiça). É nesse cenário político que se dá a metamorfose do aldeamento de Itambacuri, acolhido pelo serviço de Imigração, em “Colônia Indígena/Nacional”:

Em 1895 já o aldeamento central se transformava em Colonia Indigena de Itambacury, que, diz frei Seraphim, ‘altamente protegida pelo magnanimo governo de Minas, tem marchado em extraordinario progresso’  
[...]

A colonia tem de area 34.798.520 metros além dos logradouros publicos, e está dividida em 154 lotes dos quaes 36 occupados gratuitamente por familias indigenas, 115 por colonos nacionais, 3 são logradores, pastagens de animaes do Aprendizado, e um para a agua canalizada e serventia da Matriz e da casa dos frades (A UNIÃO, 6.abril.1913, p.2).

O nascimento da colônia de Itambacuri, como demonstra a excerto, consolida o projeto de demarcação das fronteiras, que consistiria na estruturação de um maior poder de controle da produção e circulação dos indígenas; processos que se materializam na mudança do estatuto da

<sup>38</sup> Em 1894, Frei Serafim é nomeado diretor dos índios (MISSAGIA DE MATTOS, 2002).

terra. Esse nascimento consagra também um projeto de modernização agrícola que se baseava na necessidade de diversificar a produção em virtude da concentração na lavoura cafeeira da Mata e Sul de Minas.

Essa mudança de estatuto, portanto, reforça a conexão entre importantes ensaios e iniciativas voltadas à ocupação dos sertões mineiros: i) em meados dos oitocentos havia medidas vinculadas à colonização e introdução de imigrantes – à exemplo da Colônia Militar do Urucu (1854) e da Colônia Mucuri (1858) (Ver Mapa 2) ; ii) ao longo desse mesmo período, a política indigenista promoveu a instalação de aldeamentos e intentou promover a sedentarização dos indígenas; iii) já no alvorecer da República, assiste-se a configuração de uma política mais robusta de imigração com a introdução de um afluxo significativo de imigrantes (mais de 50.000 entre 1894 a 1901); iv.) a instalação de núcleos coloniais e hospedarias concentradas na Zona da Mata, no Sul e na região Central do estado<sup>39</sup>.

Em comum entre todas essas iniciativas havia o interesse em tornar o “território mineiro” mais útil à soma da riqueza geral, além da ânsia por infundir modos civilizados, formando mão-de-obra considerada qualificada. O Núcleo consolidaria também o desejo de criação de mecanismos para controlar os corpos de indígenas, imigrantes e nacionais, de forma a instituir uma “cultura do trabalho” e reprimir o ócio e a vadiagem. A partir de Itambacuri todos esses objetivos pareciam se entrelaçar de forma exitosa, como é possível observar no trecho abaixo:

Os índios estão hoje todos civilizados, graças aos humanitários serviços dos inteligentes missionários Frey Seraphim de Gorizia e Frey Angelo de Sassoferato, antigos directores do extinto aldeamento do Itambacury, hoje colonia indigena do mesmo nome, onde ja menos de um anno, observei existir cerca de 3000 habitantes, dos quaes cerca de 200 índios já civilizados, que tratam da lavoura de cereas, sabendo mais da metade delles ler e escrever o portuguez.  
Naquella colonia, para a qual têm sido attrahidos os poucos índios que, apesar de já civilizados, vageuam pelas mattas, existem diversos estabelecimentos industriaes e duas escolas primarias, uma para cada sexo.  
Vêdes, pois, que o serviço de catechese alli foi ja ha muito iniciado e que já está quase completa a missão (MINAS GERAES, 7.set.1895, p.7)

A colônia é descrita como mista, na medida em que teria “hum regime severo e ao mesmo tempo humano” e reuniria raças “selvagens” e “civilizadas”, de forma “harmonica, sem trazer perturbações à justiça criminal do município”(MINAS GERAES, 3. dez.1897.p.2). Proibia-se o uso excessivo de álcool e era vedado seu fabrico. Da cana saíria apenas a rapadura e o açúcar. Destaca-se também a presença de artes e ofícios e de uma “elegante igreja”. Os diretores da colônia, segundo informavam os relatos, passariam até por situações de escassez, uma vez que seus vencimentos seriam todos aplicados em benefício do povo. A geografia da colônia seria formada por topografia e solo fértil que sorria a todas as culturas. Haveria floresta virgem com preciosas madeiras e água em abundância “capaz de fazer mover o mais pesado machinismo” (MINAS GERAES, 3.dez.1897.p.2). A cultura do algodão se destacaria por garantir remuneração certa e a vinha também seria bem sucedida.

Como medidas práticas, recomendava-se a criação de um núcleo orfanológico na colônia a fim de domiciliar menores que andavam de forma errante. Falava-se da possibilidade de instalação de outras indústrias ramificadas da principal de tecidos, mas desde que tudo fosse conduzido por uma

---

<sup>39</sup> A esse respeito ver: CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor Mozart Geraldo. Que venham os imigrantes! Crise política e questão imigratória em Minas Gerais e Rio de Janeiro no alvorecer da República. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), v. 22, p. 127-149, 2021

administração eficiente. Afirmava-se, por fim, que na Capital Federal seria fácil encontrar maquinismo de fiação e tecelagem por preços interessantes, salientando que “de motor não ha necessidade, pois que a Natureza dotou o Itambacury com o que ha de melhor – a água” (MINAS GERAES, 3.dez.1897.p.2).

O esplendor alardeado sobre a colônia indígena pode ser visualizado em números, como os divulgados na mensagem de 1914 do Presidente (governador) do estado, Julio Brandão, ao Congresso Mineiro. Este registrava a existência de 16 núcleos estaduais e 2 federais<sup>40</sup>, informando, ainda, as despesas, população e produção de alguns desses estabelecimentos<sup>41</sup>:

**Tabela 1** – Despesas, População e Produção de núcleos coloniais mineiros

Núcleos Coloniais	Despesas	População	Produção
Affonso Pena	3:720\$000	148	50:072\$500
Vargem Grande	19:538\$560	408	71:895\$100
Wenceslau Braz	5:286\$798	159	9:239\$000
<b>Rodrigo Silva</b>	<b>12:080\$931</b>	<b>1.685</b>	<b>210:940\$720</b>
Rio Doce	13:512\$083	87	15:037\$644
Constança	10:845\$797	664	57:562\$284
Major Vieira	15:010\$230	461	11:327\$000
Santa Maria	14:004\$453	836	46:671\$710
Barão de Ayuroca	9:612\$192	296	218:257\$218
Itajubá	9:619\$945	232	20:961\$000
Francisco Salles	3:720\$000	323	50:047\$500
Nova Baden	19:538\$560	403	54:379\$700
Conselheiro Joaquim Delphino	5:286\$798	89	14:056\$600
<b>Índigena do Itambacury</b>	<b>12:080\$931</b>	<b>1.166</b>	<b>1.852:270\$000</b>

Fonte: (MINAS GERAES, 1914)

Os dados da tabela revelam a grande produtividade da colônia de Itambacuri: com 519 colonos a menos que o núcleo Rodrigo Silva (localizada em Barbacena) e recebendo o mesmo aporte recurso, exibia rendimento quase 10 vezes maior. Assinalando a intensa exploração da força de trabalho, nota-se também que sua produção era praticamente superior à soma de todos os demais núcleos existentes. Sem dúvidas, tal proeminência era o que justificava a constante exaltação de seu sucesso nos relatórios dos presidentes do estado.

Em relação à questão da mestiçagem, cabe destacar a composição étnica da população de Itambacuri. De acordo com os dados do relatório do Presidente do Estado de Minas de 1914, a colônia abrigava ao todo 1.116 colonos, destes 4 eram italianos, 977 nacionais civilizados, 165 indígenas puros e 287 indígenas mestiços. Essa composição populacional é justificada tendo em vista os seguintes processos: a) as grandes secas do Nordeste e no norte de Minas que deslocaram fluxos populacionais para a colônia motivados pela propagandeada oferta de terras virgens, o que tornaria os baianos e mineiros os mais representativos grupos em termos populacionais<sup>42</sup>; b) a política de estímulo à migração estrangeira de caráter espontâneo de maneira paralela ao incentivo à mão de obra nacional.

Esse conjunto constituído por diversas etnias levanta alguns questionamentos sobre os critérios e intencionalidades presentes nas classificações dos diferentes grupos sociais: Quantos de

<sup>40</sup> Os núcleos federais eram os seguintes: João Pinheiro em Sete Lagoas e Inconfidentes em Ouro Fino.

<sup>41</sup> Ressaltamos que nem todos os núcleos aparecem na tabela, pois, nesse contexto, alguns ainda estavam em vias de fundação.

<sup>42</sup> Essa interpretação é descrita em: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães. A história do Jequitinhonha e Mucuri. Lembranças da Terra, Belo Horizonte: CEDEFES, s/d.

fato eram os indígenas? Afinal, a denominação dada à colônia – ladeada do adjetivo indígena – sugere, como narrava Domingos Ramos Pacó, que era constituída majoritariamente por indígenas. Essa perspectiva já interpretada por Missagia de Mattos (2019), fica também visível em relação à imprecisão da expressão “nacionais civilizados”. A segunda indagação diz respeito à hierarquização estabelecida em função da etnia e nacionalidade. Esse aspecto emerge do modelo educacional implantado que anula os conhecimentos indígenas ao tomá-los como inferiores.

Como reflexo de processos complexos e conflituosos, a mistura e convivência étnica em Itambacuri – com a presença de indígenas, nacionais e estrangeiros – nos revela papel outro da agora colônia indígena: ela se tornou um dos mais eficazes laboratórios de cruzamento de raças com fins eugênicos. Trata-se de um momento em que noções como aculturação, assimilação, raça, branqueamento e identidade nacional se acoplavam, de maneira umbilical, às discussões e políticas relacionadas à imigração, catequese indígena, povoamento do território, repressão do ócio e da vadiagem, educação, incremento da produtividade agrícola, etc (Seyferth, 1996; AMOROSO, 1998; DUARTE, 1998; Missagia de Mattos, 2019).

Diferente de outros núcleos criados, Itambacuri era o “mais frutuoso” e um dos mais populosos de Minas Gerais justamente porque foi reinventado como colônia, já que nascera aldeamento. Nesse processo, indígenas foram transformados em nacionais; migrantes nacionais brancos e negros foram introduzidos no núcleo colonial, assim como alguns estrangeiros. Nessa medida, em um mesmo espaço entrelaçavam-se diferentes projetos já perscrutados em Minas Gerais: a política indigenista, a política imigratória e, em sua esteira, os projetos para aproveitamento da mão de obra nacional – propostas distintas, mas amalgamadas pela ideia de constituir mão de obra mestiça, laboriosa, civilizada e tecnificada. Singularizando-se dos demais núcleos coloniais mineiros, Itambacuri representa, de maneira emblemática, o resultado de uma política de extermínio indígena cujos resultados mais dramáticos culminaram na tentativa paulatina de apagamento de suas histórias e memórias.

## Considerações Finais

Na construção histórica dos diversos aldeamentos em Minas Gerais e na região do Mucuri, a constituição de Itambacuri representa o nó mais vistoso de uma política de organização em rede da mão de obra indígena. Associado a um conjunto de empreendimentos de forte caráter territorial, os aldeamentos figuram como vetores estratégicos para a dilatação das fronteiras do estado de Minas Gerais; processo que esteve articulado, em diferentes momentos, a outras escalas de poder do Estado. Considerando um cenário composto por águas abundantes, madeiras de lei e fertilidade dos solos, e tendo como atores os indígenas, quilombolas, negros libertos, brancos pobres, fazendeiros e missionários, a ideia de fundar núcleos estrangeiros e nacionais na região objetivava “domar” esses sertões descritos como selvagens. Nesse drama encenado em paisagem “encantada<sup>43</sup>”, a luta pelo domínio da área tem como atos decisivos a implantação do aldeamento e o nascimento da colônia de Itambacuri.

De o aldeamento à colônia, alguns processos socioespaciais se aperfeiçoaram como a fixação indígena (e depois indígena nacional, promovida a partir dos processos de sedentarização de sua mão-de-obra); a organização de regras de produção, circulação e disseminação de ideias e

---

<sup>43</sup> A metáfora refere-se às representações da riqueza do patrimônio geográfico integrado às matas do norte e nordeste. Esculpidas desde o período colonial, tais representações são reproduzidas, séculos depois, pelas elites políticas e econômicas mineiras a fim de justificar seus projetos de intervenção territorial.

mercadorias; a reestruturação produtiva da colônia, redefinindo o papel das cidades e vilas na instituição de novas e mais elaboradas formas de trabalho e gestão da terra.

É nesse contexto, portanto, que podemos compreender a benfazeja descrição elaborada, durante décadas, pelas autoridades mineiras a respeito de Itambacuri como “um marco luminoso nas brenhas de Minas” visto que os variados sacrifícios “naquella afastada região” teriam-na convertido num “prospero centro do sertão, onde o progresso entrou a passos largos, transformando os ferteis terrenos incultos em soberba lavoura” (JORNAL DO BRASIL, 13.nov.1905, p.1).

Do enredo final dessa epopeia, verificamos que na história da formação dessa colônia se imiscui um conjunto de sentimentos – “assinaturas humanas” – entre os quais a *dor* provocada pelas lutas; o *egoísmo* e *ambição* presentes nas propostas de modernização que visavam assegurar o poder e lucratividade de algumas famílias; a *astúcia* visível nas várias tecnologias empregadas para moldar a natureza e convencer diferentes grupos sociais a aderir aos projetos de transformação da área; o *ódio* e o *preconceito* escancarados nas chagas abertas em diversos corpos legitimados pelas ideias de superioridade racial. Portanto, em consonância com Martins (1997), a experiência de Itambacuri, típica de um processo de dilatação de fronteiras, não pode ser compreendida à revelia da efusão de sentimentos mobilizados pelo contato com o Outro. Não se trata apenas de expansão geográfica, mas de expressão visceral da intolerância em relação a uma outra experiência de territorialidade. Daí compreendermos que as fronteiras abertas, a partir da colônia de Itambacuri, ao representarem à imposição de visões e representações do Outro definiram uma nova racionalidade territorial para a região.

## Referencias

### Fontes primárias

- A ACTUALIDADE. Edição 00082, p. 3. Secção Official: Anno IV, 17 de agosto 1881.
- A UNIÃO. *Os capuchinhos em Minas – A colônia indígena do Itambacury*. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1913.
- DIARIO DE MINAS. *Assembléa Legislativa Provincial – conclusão da sessão ordinária de 26 de novembro pp. Ouro Preto, 18 de dezembro de 1867.*
- MINAS GERAES. *Itambacury*. Ouro Preto, 8 de dezembro de 1897.
- MINAS GERAES. Mensagem Dirigida pelo Presidente do Estado Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão Ordinaria da 6ª Legislatura no anno de 1914.
- MINAS GERAES. Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao instalar-se a 1ª sessão de 24ª legislatura em 1o de agosto de 1882.
- JORNAL DO BRASIL. *A Catechese no Sertão de Minas*. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1905.
- OTTONI, Teófilo Benedito. *Noticia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Ottoni ao Senhor Dr. Joaquim Manuel de Macedo*. RIHGB, 1858.
- PALAZZOLO, Frei Jacinto de. *Nas selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. 3º ed. São Paulo: Brasiliana, 1973.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: 1823.

### Fontes Secundárias

- ABREU, Maurício. (1998) Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série*, Vol. XIV, Porto, pp.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. (2000) Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial - Novos Súditos Cristãos do Império Português. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- ALMEIDA SILVA, Adnilson de. (2011) Representações indígenas: territorialidades e identidade – uma aproximação teórica. *RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise*, v. 23, p. 238-262.
- AMANTINO, Marcia. (2008) *O mundo das feras: o sertão Oeste de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.
- AMOROSO, Marta. (1998) *Mudança de Hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, nº 37.
- \_\_\_\_\_. (2009) *Natureza e sociedade: disputas em torno do cultivo da paisagem em Itambacuri*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 24, p. 65.
- ARAÚJO, Valdei Lopes. (2007) (org.) Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais- Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro.
- AZEVEDO, Aroldo de. (1959) Aldeias e Aldeamentos de índios. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 33. São Paulo, out. 1959, p. 33-40.
- BALÉE, Willian. (2008) Sobre a Indigeneidade das Paisagens. In: *Revista de Arqueologia*, 21, n.2: 09-23.
- BARROS, Clara Emília Monteiro de Barros. (1995) *Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia*, de. Rio de Janeiro: IPHAN.
- CALVO, Thomas. Cidades e Povoados de Índios. In. *Cidades do Novo Mundo: ensaios de urbanização e história*. (org.) FRIDMAN, Fania. (2013) Rio de Janeiro: Garamond.

- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. L'Urbanisation des marges de la colonie : l'aldeamento de Guarulhos et la naissance de paroisses, vilas et cidades de la région fluviale de Campos dos Goytacazes (Capitanerie de Rio de Janeiro, XVII - XVIII. In : VIDAL, Laurent & RUYMBEKE, Bertrand Van. (2021) *Les Fondations de villes sur les littoraux américains : projets, expériences, adaptations - Brésil et États-Unis, (XVI-XIX) : Rennes Les Perséides.*
- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor. Mozart G. (2016) Política territorial nos sertões dos índios, século XIX. *Mercator – Revista de Geografia da UFC.* p. 55-71.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (2012) *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.* São Paulo: Claro Enigma.
- DERNTL, Maria Fernanda. (2013) *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811.* 1. ed. São Paulo: Alameda. v. 1. 272p.
- DUARTE, Regina Horta. (1998) Histórias de uma guerra: os índios Botocudos e a sociedade Oitocentista. *Revista de História,* São Paulo, n. 139, p. 35-53.
- FARACO, C. A. (2016) *História sociopolítica da língua portuguesa.* São Paulo: Parábola.
- FERNANDES, Eunícia B. B. (2011) Os jesuítas, os índios e a capitania do Rio de Janeiro: usos e sentidos do espaço. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,* São Paulo, julho 2011.
- FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia. (1997) *Os aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: UERJ.
- GRATALOUP, Chistian. (2006) Os períodos do Espaço. In: *Revista GEOgraphia.* Ano VIII, nº16.
- GUTIÉRREZ, Ramón. (1989) *Arquitetura latino-americana: Textos para reflexão e polêmica* Coleção: Coleção Cidade Aberta. São Paulo: Nobel
- JOHN, Manoel Monteiro. (2001) Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo, São Paulo, Companhia das Letras, 1994; Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre Docência em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas: Campinas (SP).
- LEITE, S. (1937) *Páginas de História do Brasil.* São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Nacional.
- LENHARO, Alcir. (1993) *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842).* 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Coleção Biblioteca Carioca, v. 25.
- LOWENTHAL, D. (1998) Como conhecemos o passado? *Projeto História,* São Paulo, n.17, nov.
- MALDI, Denise. (1997) De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia,* São Paulo, USP, vol. 40, n. 2, p. 183-221.
- MALHEIROS, Márcia. (2007) *Homens de Fronteiras: Índios e Capuchinhos na Ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes,* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFF.
- MARTINS, José de Souza. (1997) *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARTINS, Marcos Lobato. (2015) Uma história das relações sociedade-natureza no Vale do Mucuri:1852-1983. *Tempos Históricos,* n. 19, p. 413-439, 2015.
- Missagia de Mattos, Izabel. (2002) "Civilização" e "Revolta": Povos Botocudos e Indigenismo Missionário na Província de Minas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNESP.
- \_\_\_\_\_. (2019) Povos Indígenas e Negros nos Sertões do Leste: transição para a República e nacionalidade. *TELLUS (UCDB),* v. 19, p. 49-77.
- MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). (1994) *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano 1889-1991.* Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2 v., il.
- NABINGER, Maria Luisa. (2009) Capuchinhos e Jesuítas: emissários do poder político europeu (séculos XVI-XVII). In: *RIHGB,* Rio de Janeiro, a. 170 (443): 87-96, abr./jun.
- OMEGNA, Nelson Backer. (1961) *A cidade colonial.* Rio de Janeiro: José Olympio, p. 65.
- PACÓ, Domingos Ramos. Hámbic anhamprán ti mattâ nhiñchopón? 1918. In: RIBEIRO, Eduardo. (1996) org. *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha.* Contagem: Cedefes, pp. 198-211, (1918).

PARAISO, Maria Hilda Boqueiro. (2000) *Imigrantes europeus e índios: duas soluções para a questão da substituição da mão-de-obra escrava africana no Brasil na década de 1850*. In: Inquice Revista de Cultura, no 1 nov/dez/jan.

SEYFERTH, Giralda. (1996) Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: M. Chor Maio & R. Ventura Santos (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ CCBB. pp. 41-58.

VIDAL, Laurent. (2016) *A gênese dos pousos no Brasil moderno: considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera*. In: *Revista TEMPO*, Niterói, v. 22, n.40, p.400-419, agosto.